

a história de portugal
contada pelos vilões
filipe luís

Dedicatória

*À memória dos meus Avós:
Sofia, pela sua inteligência
Manuel, pela sua generosidade
Gracinda, pela sua coragem
Artur, pela sua sabedoria*

Índice

Introdução	11
I. D. Teresa de Leão (1080-1130) – A madrasta de Portugal	17
II. D. Afonso IV (1291-1357) – O crime do milénio	33
III. D. Leonor Teles (1350-1387) – <i>A Aleivosa</i>	53
IV. Filipe I de Portugal (1521-1598) – O longo braço de Espanha	75
V. Miguel de Vasconcelos (1590-1640) – O protótipo do traidor	95
VI. Pina Manique (1733-1805) – O vilão humanista	117
VII. D. Carlota Joaquina (1775-1830) – <i>A Ratazana</i>	133
VIII. Diogo Alves (1810-1841) – O assassino com cara de anjo	159
IX. Manuel Buíça (1876-1908) – O <i>kamikaze</i> do regicídio ...	177
X. Abel Olímpio (<i>Dente de Ouro</i>) (1896?-194...) – O carrasco da República	199
XI. Alves dos Reis (1898-1955) – O maior burlão da História	221
XII. Casimiro Monteiro (1920-1993) – O assassino de Humberto Delgado	245

Introdução

Um jogo com o leitor

Quando as Edições Desassossego (uma das chancelas da minha editora, Saída de Emergência) me desafiaram para pegar em um grupo de vilões da História de Portugal e contar as suas próprias histórias, a campanha de alarme de jornalista começou a apitar. Numa História oficial, contada pelos vencedores, a perspectiva dos acontecimentos nunca é a dos vencidos. Ora, no jornalismo, temos uma regra sagrada, que é a do «princípio do contraditório». Para contar a verdadeira história dos nossos «vilões», que assim são designados, ou porque se tornaram mesmo vilões ou, sobretudo, porque o povo os identifica como tal, seria necessário ouvir a versão dos próprios. Ao mesmo tempo, porém, não sendo eu um historiador, não me passaria pela cabeça colocar em questão os factos, dados como cientificamente comprovados e, muito menos, colocar em causa as ideias feitas do imaginário popular. Assim, cada vilão retratado (enfim, quase todos...) começa por se declarar «culpado». Mas o exercício que proponho ao leitor é o seguinte: O que teria a dizer uma figura com o rótulo de «vilão» sobre os acontecimentos que lhe dizem respeito? Qual seria a sua defesa? Que atenuantes apresentaria? Que contextos explicariam a sua atuação? E, sobretudo, como contaria a sua história, se tivesse a possibilidade de falar retrospectivamente, hoje, no século XXI?

O que proponho, a seguir, é mais do que um exercício. É um

verdadeiro jogo, que me ocorreu durante o *brainstorming* em que discutimos, pela primeira vez, o perfil do livro, numa reunião com o meu editor, Luís Corte-Real: E se o autor se colocasse na pele de cada uma destas personagens e relatasse cada uma das versões na primeira pessoa? Seria, ainda, um livro sobre a História? Ou seria um romance histórico? Ora, é precisamente esse jogo que proponho aos leitores. Que imaginem uma figura, com má imagem, que viveu e morreu há muitos anos, ou há muitos séculos, a ganhar vida, depois de nos ter observado, de um limbo do Além, e a vir repor a *sua* verdade dos factos. Sem contestar as acusações que, à luz do julgamento popular, a posteridade lhe fez, porém concordando com elas numa postura de «sim, mas...».

O resultado seria, sempre, arriscado: até que ponto os factos históricos seriam respeitados e a partir de que ponto seriam eles ultrapassados? O livro resultará num híbrido entre o romance e a reflexão histórica? Na verdade, o livro respeita escrupulosamente os factos, sem inventar, sem esquecer e sem reformular nenhum deles. Mas permite-se a liberdade necessária para que possamos imaginar como contariam as personagens as suas motivações, se tivessem oportunidade para o fazer, hoje, no século XXI. Que interpretação fazem do que aconteceu? E essa é, evidentemente, a interpretação do autor do livro sobre os acontecimentos relatados.

É esse exercício, ou, mais do que isso, esse jogo, se quiserem, esse desafio, que o livro lança aos leitores. Num tom assumidamente coloquial, desprezioso, cada uma das personagens tem margem suficiente para fazer a leitura dos acontecimentos que vão sendo relatados, entre o início do século XII e os anos 60 do século XX. Ao mesmo tempo que vamos conhecendo ou reconhecendo cada uma das personagens, viajamos também pelo tempo. Cada um dos protagonistas é convidado a pintar um fresco da sua época, referindo-se aos acontecimentos políticos, sociais, económicos e culturais do tempo em que viveu. O resultado não deixa de ser, também, um olhar global sobre alguns dos momentos mais impressionantes da nossa História, sem menosprezar uma espreitadela à própria História Universal, que a acompanha.

Os critérios da escolha

A primeira dificuldade resulta de não existirem muitos «vilões» que os historiadores identifiquem como tal. Pelo contrário, a historiografia

moderna evita esse tipo de juízos de valor, que, realmente, não fazem sentido, pelo que, por esse lado, podemos eliminar qualquer preconceito. Chamamos-lhes «vilões», apenas, porque assumimos o acompanhamento do julgamento popular, fundado em séculos de mitos e de certezas feitas. Começando pelo impreciso mito de que D. Afonso Henriques «bateu» na mãe — algo que a própria desmente veementemente neste livro... — mas está desculpado porque, além de «viver em pecado» com o amante, D. Teresa bateu-se contra a nossa independência. Prosseguindo com D. Afonso IV, o mau da fita no assassinio da bela Inês de Castro. Avançando com o excelente rei que foi Filipe I de Portugal (segundo de Espanha), convocado para esta obra apenas para dar a cara pelo «mal absoluto» da apropriação do trono português e da perda da independência nacional. Pelo caminho, já lá atrás ficou D. Leonor Teles, *a Aleivosa*, acusada de ter manipulado um rei ingénuo e conspirado para a entrega de Portugal a Castela. E mais tarde, Miguel de Vasconcelos, o traidor modelo, representaria o jugo espanhol a oprimir o povo português. E o que dizer de Pina Manique, que, embora reconhecido pelas suas ideias avançadas no plano da autoridade do Estado, da assistência social e da higiene e segurança públicas, reprimiu os que, inspirados na Revolução Francesa, clamavam por liberdade? Já D. Carlota Joaquina teria manobrado em sucessivas conspirações, ainda por cima, no quadro de uma conduta moral, no plano dos costumes, que teria escandalizado o país. Os regicidas, talvez heróis da República, borraram a pintura pela violência do atentado contra D. Carlos e D. Luís Filipe, algo que um certo país brando e temente a Deus nunca perdoou. E o desconhecido Abel Olímpio, quando conduziu a «camioneta da morte», numa das muitas revoluções da I República, estaria animado por ideais políticos, ou não passava de um vulgar assassino?

Vilões, sem dúvida nenhuma, terão sido Diogo Alves, assassino em série nos anos de Oitocentos, Alves dos Reis, vigarista de calibre mundial nos anos 20 do século xx, ou Casimiro Monteiro, o *pide* que assassinou, a sangue-frio, o general Humberto Delgado (este, sim, um herói popular) e se tornou o autor material de um crime de regime. Contudo, mesmo estes encerram, nos seus atos, um certo tipo de genialidade que não deixa de os tornar admiráveis. Mas todos eles, uns e outros, terão sido mesmo assim, como o cidadão comum os pinta? Ou haveria outras motivações que, à primeira vista, desconhecemos ou fazemos por ignorar?

E porque não está lá, por exemplo, o rei que lançou o país na

catástrofe, por causa da aventura de Alcácer Quibir? Sim, D. Sebastião fez parte do *casting* deste livro; mas foi eliminado, por ser impossível identificar como «vilão» um monarca que tem por cognome... *o Desejado*.

E a Inquisição não terá um malfeitor que possa representá-la nestas páginas? «Infelizmente» (entre aspas, claro...), Portugal não dispõe de um Torquemada, porque esse era espanhol — e foi graças a ele que a Inquisição espanhola (aliás menos severa do que a portuguesa) ficou triste, mundial e perpetuamente célebre, das fogueiras do século XVI ao «portefólio» dos Monty Python... O mais aproximado que tivemos foi o cardeal D. Henrique (1512-1580), organizador implacável do regime inquisitorial de repressão cultural, política, étnica e religiosa do reino — mas ele não é propriamente recordado por essas «façanhas»... Outro sinistro protagonista do Tribunal do Santo Ofício foi o bispo Fernão Martins de Mascarenhas (1528-1648), cujo mandato à frente da instituição resultou num dos períodos de maior repressão. Mas ele também se notabilizou por boas obras, de carácter social, sobretudo, no Algarve...

E porque não estão lá alguns políticos, mais contemporâneos, que parte do país odeia? De Salazar a José Sócrates? Talvez porque a outra parte do país os venera... Ou «vilões» modernos, como Ricardo Salgado ou Joe Berardo? Bem, à data da escrita deste livro, nenhum dos processos judiciais transitara em julgado (isto, no que diz respeito a envolvidos em casos judiciais) e o distanciamento histórico não existe. Além do mais, seria deveras estranho escrever uma versão, na primeira pessoa, de alguém que, estando ainda vivo, poderia bem fazê-lo por si próprio...

O caso de Salazar é particularmente interessante. Estamos perante uma figura política controversa, com vários planos, claros e escuros, que continua a dividir as opiniões do país e dos historiadores. É difícil defender a evidência da sua vilania sem poluir o livro com o ar viciado do posicionamento político, ou, pelo menos, dando o flanco para que essa acusação possa surgir. Sobretudo, desde que, não há muitos anos, um concurso televisivo, com votação das audiências, considerou o ditador de Santa Comba «o maior português de sempre»... De qualquer forma, o antigo presidente do Conselho já é suficientemente esmiuçado pela nossa personagem Casimiro Monteiro, que faz dele um retrato imparcial e, de certa forma, suficientemente crítico para satisfazer os mais informados com a sua ausência desta lista de vilões...

Um sonho antigo

Como todos os que se interessam pelo processo histórico — e o autor é, apenas, um humilde leigo que, para escrever este livro, teve de consultar os especialistas —, comecei logo na infância por devorar as pequenas historietas da História. Essas mesmas, do tipo das que faziam as delícias dos telespetadores nos programas de José Hermano Saraiva e que os verdadeiros historiadores profissionais, muitas vezes, desprezam, mas que servem para abrir o apetite a quem quer aprofundar os seus conhecimentos na área. Lia os livros da instrução primária da minha avó Sofia, ainda editados durante a fase da I República, e dedicava-me a encontrar diferenças entre esses e os meus próprios manuais da instrução primária, toda feita durante a fase final do Estado Novo. E nestes, logo no início de cada ano letivo, procurava as «lições» que versavam sobre temas históricos, antes mesmo de o programa curricular chegar a elas. Não por acaso, como texto de leitura e análise, no exame da 4.^a classe, que então era obrigatório, escolhi uma página sobre Vasco da Gama.

Este interesse amador cresceu, por força da profissão de jornalista, já que, em muitos passos da minha vida profissional, para a elaboração de perfis ou peças que requerem memória ou contexto histórico, comecei a devorar grandes biografias, género de leitura que elejo, entre todos. Por me ter, digamos assim, especializado em «personagens», descobri que escrever um livro de personagens que são, ao mesmo tempo, figuras históricas, poderia ser o melhor de dois mundos.

Durante a escrita, as figuras que se «autorretratam» começaram, porém, a ganhar vida. E quanto mais estudava as suas histórias, mais elas se apoderavam da narrativa e da linguagem, consoante o tipo de comunicação do próprio tempo histórico em que viveram. Para surpresa minha, daí resultou que, entre as 12 personagens deste livro, há subtis diferenças no tipo de escrita e de retórica. Do estilo sanguíneo e emotivo de D. Afonso IV, ao relatório ponderado e racional de Filipe I. Da postura feminista de D. Leonor Teles e, mesmo, de D. Carlota Joaquina, à brutalidade sanguinária do relato de Casimiro Monteiro. Da argumentação tribunícia de Pina Manique, à lábia habilidosa de Alves dos Reis. Olho para todos eles como se tivessem mesmo escrito este livro. Conseguirá o leitor, também, colocar-se na minha pele?...



D. Teresa de Leão

(1080-1130)

A madrastra de Portugal

O povo não lhe perdoou os amores com dois irmãos
da família galega dos Travas, nem esqueceu os exércitos
que movimentou, para combater a independência de Portugal

Naquela manhã, percebi que o caminho se fechara. Não o quis admitir logo, não o faria sem luta. Mas os acontecimentos viam a confirmar os meus piores pressentimentos. Estávamos no final da segunda década dos anos 100 do segundo milénio. Tinha ido à missa, em Viseu, onde fizera questão de comparecer, impante, de braço dado com Fernão Peres de Trava, meu amante. Para que o povo reconhecesse a nossa união de facto e ajoelhasse em sinal de submissão ao Trava e a mim própria. Mas a jogada de risco não contava com a temeridade do prior Teotónio, futuro São Teotónio, mais novo do que eu dois anos e futuro conselheiro de meu filho, Afonso Henriques, na conspiração que levaria à secessão dos domínios portugalenses. Num sermão duro, cortante, violento, lança-me um anátema e excomunga-me, à frente de todos os fiéis. Extravasa, com isto, as competências que apenas pertencem ao papa. Mas fá-lo, sentindo, já, as costas quentes, pela proteção do arcebispado rebelde de Braga e dos senhores da guerra portugalenses. Condena às penas do Inferno os que vivem «mal casados» (como era o meu caso com Fernão Peres) e expulsa-me, a mim, sua senhora temporal, da sé da nobre cidade da antiga Lusitânia. Abandono o templo, de raivosas lágrimas nos olhos, protegida pela capa de meu amante e comparsa político, debaixo de uma saraivada de insultos e cuspidelas da ralé. Tinha perdido o povo e o Condado.

...

Confesso a minha culpa: tudo fiz para que estes reinos nunca se separassem da original suserania galega e leonesa. O território a que chamais Portugal, as chagas de Cristo presentes no vosso escudo, os cinco reis mouros conquistados por meu filho Afonso, o sangue de tantos heróis derramado nas peijas contra a mouraria ou contra os cristãos do Norte, a Hispânia separada, amputada do seu braço ocidental, as tramas da política, as conjuras dos clérigos, a amálgama de sentimentos, de poderes, de revoltas, de reconfigurações territoriais, os conflitos de soberania, as fidelidades aos senhores feudais, a incipiente ideia de nação... De tudo fui testemunha ativa, protagonista, verdadeira heroína (perdoai-me a prosápia) da autonomia de um condado, mas vilã pela recusa em consentir a liberdade de um país. Sim, a minha vilania confunde-se com a minha virtude. Transporte no ventre o fundador da nacionalidade portugalense e, do espaço brumoso por onde a minha alma vagueia há quase um milénio, tenho acompanhado, como espectadora descomprometida, os sucessos, as vicissitudes, os desastres e as conquistas deste povo, cuja semente deitei à terra. Chegou o momento de vos presentear com a minha versão da História.

Vilã? Sim, em parte. Para defender Portucale, fui a primeira inimiga de Portugal. Os meus exércitos galegos deram batalha aos nobres (ainda portugalenses mas já portugueses) que me desafiaram. Combati os rebeldes que me antagonizaram e lutei contra um filho que nunca eduquei e mal conheci. Figura frágil, pela minha condição de mulher, vivi numa Idade Média em que a modernidade se adivinhava contra o feudalismo, em que as novas ideias reclamavam autonomia de territórios e forais de vilas, em oposição ao poder discricionário de senhorios, e em que o comércio dos almocreves e os ofícios dos homens livres davam início a feiras, a burgos e a burgueses. Vilã, talvez, mas venho fazer a minha defesa. A minha luta era a da revolução do tempo. Eu estava do lado da mudança e da modernidade. O meu projeto era o de unir e não de separar. De centralizar, e não de dispersar. Com o meu amante e aliado, Fernão Peres de Trava, tentei construir o sonho de uma Galiza poderosa, territorialmente extensa e com a dimensão de potência regional, à escala ibérica, em oposição a Leão e Castela. O que preconizava era um Estado forte, livre das pressões dos senhores feudais e eclesiásticos portugalenses que proclamavam a secessão, não

por qualquer espírito pátrio, mas para defenderem os seus ilegítimos interesses. E foi para o lado deles que Afonso Henriques, manipulado por barões sem escrúpulos, acabou por pender. De uma certa forma, a alegada luta pela libertação de Portucale, a mesma que deu origem a este país de que tanto vos orgulhais (e não nos orgulhamos todos?...), foi um movimento reacionário.

Os vencedores da História desvalorizam a tenra idade de Afonso e conferem-lhe uma visão política que jamais poderia ter, aos 13 anos, quando, a si próprio, em 1122, na catedral de Zamora, se armou cavaleiro (como fazem os próprios reis); quando, aos 18, 19 anos, se apoderou dos domínios de entre Minho e Douro, confinando-me, a mim, à jurisdição sobre as terras de entre Douro e Mondego; quando defendeu em armas a praça de Guimarães contra as forças de Afonso VII, que pretendiam esmagar a revolta portugalense; quando se proclamou Rex; quando aderiu ao partido francês de Cluny ou concedeu à Ordem de Cister as prebendas, as terras e os favores que prolongavam o jugo de clérigos e de tiranetes. É bem certo, porém, que essa política ajudou a desenvolver e a povoar o reino e que Afonso favorecia a família de seu pai. Dos seis abades de Cluny, quatro deles, Odão, Odilo, Máio e Hugo, foram canonizados. O último era primo de D. Henrique, pai de Afonso e meu marido. Em Claraval, Bernardo tornou-se uma referência de Cister. São Bernardo era, igualmente, primo de Henrique. A separação de Portugal passa, portanto, por França, terra estranha a uma galega-leonesa de origem real, como era o meu caso.

Podeis sentir nas minhas palavras a amargura, o despeito e o ressentimento de uma condessa que, mau grado ter-se proclamado rainha, nunca lhe viu ser reconhecido o direito de usar uma coroa. Haverá uma parte de verdade nessa vossa interpretação. Mas atentai: Afonso, filho de Henrique e, portanto, chamado Henriques, tinha 18 anos quando reclamou para si o governo do Condado. Pelo costume e pela lei, tinha a isso direito. Um direito que, mera regente, procurei negar-lhe. Sabia bem quem o manipulava, para impedir a união da Galiza e de Portucale sob a égide dos poderosos nobres do clã dos Travas: Teotónio, meu inimigo, mais tarde canonizado e tornado o primeiro santo português; D. Paio Mendes, arcebispo de Braga, despeitado pela transferência do poder espiritual para Compostela e figura central no apoio à ascensão

do futuro rei; Egas Moniz, preceptor, ideólogo da revolta e muito mais do que um aio; homens de mão e senhores da guerra. Aos 18 anos, Afonso estava inebriado pela ideia do poder, mas não pensava pela própria cabeça. Teotónio, voltamos a ele, foi o seu guia espiritual mais poderoso. Peregrino por duas vezes à Terra Santa, o futuro santo, que morreria, em 1162, depois de ter recusado cargos e honrarias oferecidas por Roma, foi um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Afonso Henriques soube homenageá-lo depois da morte, gastando enormes recursos para comprar a canonização do futuro padroeiro da cidade de Viseu, um ano apenas após a morte do «santo homem». Afonso terá sido manipulado na juventude, mas reconheço-lhe a bravura, o sentido de estratégia militar, o progressivo ascendente sobre os que o rodeavam e começaram por o influenciar, a determinação indomável que lhe corria nos genes e a fidelidade aos seus amigos. Tinha, além do mais, a seu favor a juventude.

Afonso Henriques nunca me bateu

Deixando a modéstia de lado, que virtudes poderei eu, por minha vez, reclamar a meu favor? A fina argúcia política, a consciência de ter lutado pelos meus direitos e a fraqueza humana de ter amado como a mais desgraçada das mulheres. Vilã, apesar de tudo. E de tal forma, que o povo perdoa ao seu herói o facto de ter batido na própria mãe. Terei eu sido agredida pelo meu filho? Poderá tal infâmia pesar na consciência de Portugal? Terá este país nascido de um crime de violência doméstica, perpetrado por um mau filho? Então, esse terá sido o preço a pagar pela independência de Portugal. Tive o que merecia. E por isso enaltecem o agressor e recriminam a vítima...

Perdoai a soberba: mas deixai que ilibe Afonso Henriques. Ele nunca me bateu. Esse episódio resulta de uma metáfora, visto terem os seus exércitos, esses sim, batido os meus. Ainda assim, o mito serve para ilustrar, com cores vivas e cruas, o carácter irreverente do único povo peninsular que conseguiu, com êxito e com durabilidade, separar-se do poder centralista da Hispânia leoneso-castelhana. A suposta «agressão» do Fundador à própria mãe representa a determinação de um povo, em demanda da liberdade e da emancipação. E esse anseio é tão forte que não hesita em personalizar a culpa numa pobre mulher, e prefere trucidá-la,

fisicamente, se necessário, em nome da afirmação independente de um coletivo.

A metáfora, que poderia fazer de mim uma vítima, não me ilibana nem me desculpa. Afinal, a minha vilania imperdoável foi a de ter tentado atravessar-me no caminho dessa pugna pela liberdade. Porque o terei eu feito? O meu relato tentará explicar a Vossas Senhorias este pecado original, esta vilania iniciática, esta imperdoável atitude de lesa-pátria, antes de a própria pátria acontecer. Mas, antes de entrar no relato dos acontecimentos longínquos desse cenário de cavaleiros e escudeiros, de castelos fortificados e de servos da gleba, de jograis e de visões místicas, de torneios e de galantarias, de cruzadas e de peregrinações, de obscurantismo e de revoluções sociais, deixai que me apresente. Afinal, de uma certa forma irônica, esta vossa vilã é a mãe da nação portuguesa.

O meu nome é Teresa de Leão, embora, no meu tempo, me chamassem Tareja ou Tarasia. Nasci, em 1080, na Póvoa de Lanhoso — em cujo castelo, muitos anos mais tarde, seria feita prisioneira pelo meu filho Afonso... — e abandonei o mundo terreno por volta do ano 1130, no mosteiro de Montederramo, na Galiza. Nas veias corria-me sangue real, proveniente de meu pai, o rei Afonso VI de Leão e Castela, e sou fruto dos amores extraconjugais do Real Senhor com Ximena Moniz, pelo que me chamaram bastarda. Minha meia-irmã Urraca, casada com o borgonhês Raimundo, foi quem herdou, assim, o condado e depois reino da Galiza, com o nome de Urraca I.

(Deixai que abra um parêntesis, para confessar um pecadilho de mulher: nunca perdoei a Urraca a sua condição superior. Por isso me declarei rainha, a partir de 1116. A defesa de tal estatuto não deixou de influenciar as minhas decisões futuras, em associação com o meu amante Trava...)

Fui mãe de seis filhos, por esta ordem: Urraca, Sancha, Teresa, Henrique, Afonso e Pedro, sendo que, por ter sido o varão mais velho a sobreviver até à maioridade, foi Afonso a herdar os domínios de seu pai, meu senhor e esposo, Henrique de Borgonha. O futuro conde, meu marido, tinha vindo de terras de França, à frente de um destacamento de cruzados, guardiões da Cristandade e preciosos auxiliares de meu pai, na luta

contra os sarracenos. Sou de uma época de indefinições, com a Península Ibérica politicamente instável, partilhada por senhores feudais, pequenos reinos cristãos e outros tantos mouros, numa altura em que pequenas batalhas eram suficientes para alterar o mosaico político-religioso do quadrado ibérico. De uma forma ou de outra, a tendência da guerra e o passar do tempo favorecia a recuperação cristã e o esmagamento, para sul, dos divididos soberanos almorávidas. Como meu filho Afonso constataria, na sua marcha triunfal para sul, os reis cristãos, embora adversários, eram capazes de se aliar na luta contra o inimigo comum — enquanto os chefes infieis não hesitavam em aliar-se a inimigos cristãos para combater rivais da sua própria religião. Aqui dividindo para reinar, ali tomando pela força uma praça forte, acolá traindo alianças e a palavra dada — estratégia em que o amoral Afonso Henriques foi useiro e vezeiro... —, os cristãos entornavam-se pela terra peninsular como se um vaso de sangue se tivesse esvaziado nas Astúrias e derramado, paulatinamente, até aos Algarves...

Em agradecimento aos serviços prestados a meu pai e ao seu reino, Henrique, *o Borgonhês*, foi agraciado com a mão da sua filha natural — eu própria — e com as terras no Norte ocidental da península, entre Minho e Mondego. Daí que, depois do berço vimaranense e do arcebispado bracarense, Coimbra, nos limites meridionais do Condado Portucalense — assim se chamava, numa derivação de *Portus Cale*, cais de navios e de frotas na foz do Douro —, se tivesse, rapidamente, fixado como capital do condado — e, depois, primeira capital portuguesa. Os negrimes do tempo passado nublam-me a memória, tão viva noutros sucessos, e não sei dizer com precisão em que castelo nasceu Afonso Henriques, se nos Paços de Guimarães, de Coimbra ou de Viseu. Porém, o seu primeiro centro operacional foi Guimarães, próximo da diocese de Braga, devido às alianças estabelecidas entre ele e os eclesiásticos portucalenses, rebeldes relativamente ao reino da Galiza e a Castela-Leão. Mas já lá vamos.

A minha época já entra por uma fase nova do feudalismo. No próprio ano do meu nascimento, aparece o primeiro *campus* universitário em Bolonha. Ao mesmo tempo, está em construção a catedral de São Marcos, em Veneza. Em 1088, é fundada a abadia de Cluny. Em 1097, Godofredo de Bulhão comanda a primeira cruzada e, dois anos depois, inicia-se a construção da basílica do Santo Sepulcro, em

Jerusalém. O virar do século, em 1100, traz-nos a revolução na música polifónica, com a introdução do *organum*, em Saint-Martial de Limoges. Ao meu castelo portugalense, na rota da Cruzada, chegam as notícias de toda a transformação, ao mesmo tempo que se assiste a uma afirmação de maior autonomia do condado face à soberania leonesa. Henrique, de Portucale, e Raimundo, da Galiza, cunhados, chegam mesmo a assinar um pacto secreto que prevê a distribuição mútua de poder e de domínios autónomos do crescente poder de Leão e Castela, mas morrerão antes de poderem concretizar o projeto — e de Portucale se estender a Toledo, como preconizava o acordo...

As sementes da revolta

Quando Afonso nasce, em 1109, já se sente no ar o cheiro da revolta, com os senhores de Portucale contestando a supremacia galega. Tudo começa num conflito de origem confessional: em 1102, o arcebispo Diego Gelmirez, de visita a Braga, consegue apoderar-se, nas barbas do seu homólogo local, Geraldo, de várias preciosas relíquias das igrejas locais, levando-as consigo para Compostela. Colocá-las em lugar mais seguro foi a justificação oficial. Acabar com a concorrência religiosa dando argumentos à pretensão da cidade galega de se tornar o ponto mais importante da cristandade ibérica, em detrimento de Braga, é a explicação verdadeira. É verdade que, no tempo romano, Braga (Bracara Augusta) tinha sido a capital da Galécia e, por inerência, capital eclesiástica dessa mesma província — e todas as dioceses lhe obedeciam. Mas havia um «porém» a justificar a ambição de Compostela: São Tiago, o discípulo de Cristo, terá andado pelo noroeste peninsular a pregar a Boa Nova. E os compostelenses, que adotaram o nome de Santiago para a sua cidade, juravam que o túmulo do santo se encontrava, como ainda se encontra, na catedral local. Desse culto nasce a milenar peregrinação à histórica cidade galega — mas ele também se constitui como uma das origens da rivalidade dos galegos com os portugalenses de aquém-Minho. Se quisermos ser rigorosos, na génese da separação — e, portanto, do nascimento de Portugal — está a figura de Tiago e, por interposta pessoa, do próprio Jesus Cristo. Embora não pelas melhores razões...

...

O reconhecimento de Santiago de Compostela como sede do poder espiritual tem implicações políticas. Estamos num tempo em que tal poder se confunde com o temporal, numa época de guerra santa, de cruzadas e de fidelidades político-religiosas. Os portugalenses temem ser absorvidos pelo poderoso vizinho do Norte.

Por essa altura, aos 32 anos, vejo-me viúva: Henrique morre, com Afonso ainda a dar os primeiros passos, e eu, condessa, suserana de um vasto território, apresento-me só, na selva de um mundo de homens. Os Almorávidas apertam o cerco, a própria capital política de Coimbra está em risco, Santarém já caiu. Vejo-me regente, tendo quase duas difíceis décadas à frente, até à maioridade de Afonso, para tentar manter intacto um condado que devo entregar a meu filho.

Trato, então, de apurar o meu faro político e de procurar os melhores aliados contra a ameaça identificada como mais perigosa: a sarracena. Ora, os associados mais fortes só poderiam encontrar-se na Galiza. Só uma entidade política una e firme poderia fazer frente à ameaça islâmica e, ao mesmo tempo, retirar protagonismo aos representantes de interesses particulares, como os eclesiásticos de Braga e os nobres de Portucale. Se queria ser rainha, tinha de fazer alguma coisa.

Batalha entre mãe e filho

Afonso, mal de mim, havia sido entregue a Egas Moniz. O aio era um dos mais notáveis cavaleiros do condado. Era de família ilustre e nobre e um político astuto. Foi ele o primeiro a aperceber-se da influência dos Travas — clã do qual sairiam os meus dois amantes — no governo do condado e a despertar em Afonso a pulsão autonómica, chocando de frente contra a minha própria estratégia de integração das regiões ocidentais da península. Mas o próprio infante — que se declarará «Príncipe», depois de combater as forças de seu primo, Afonso VII — torna-se uma criatura que ultrapassa o criador. Instigado pelo arcebispo de Braga e pela matilha da nobreza portugalense, que vê aqui uma oportunidade, Afonso enche a cabeça com a ideia de ser independente. De ter um reino para si. Para conseguir cumprir tal desígnio, tudo promete. O seu primo distante, Bernardo de Claraval, futuro São Bernardo, será um dos maiores beneficiários da magnanimidade do futuro rei. Os extensos coutos de Alcobaça verão ser erigido um mosteiro que ganhará

protagonismo como um dos mais importantes centros cistercienses da Europa. Não deixaria de ser um «polo de desenvolvimento», para utilizar uma expressão da vossa época...

Nesses anos, poucos contactos tenho com o jovem rebelde. Afonso Henriques, sendo meu filho, é um estranho. Compreendi: nestes tempos, uma criança nascida na nobreza era entregue a amas de leite, depois a aios e pajens. Pouco contacto físico havia entre mãe e filho, longe da vista e do coração. Por enquanto, fico descansada com o seu «internato» na Casa de Egas Moniz. Para já, tenho outras preocupações. Ainda o cadáver de Henrique está quente, e já me entrego aos prazeres carnisais com o galego Bermudo Peres, da Casa de Trava. Um idílio rápido, depressa substituído pela paixão pelo seu próprio irmão, Fernão Peres de Trava. O preconceito popular, acicatado pela intriga eclesiástica formada por razões de interesses pessoais e políticos, rapidamente me apoda de «ra-meira» e culpada de incesto, por ser mulher de dois irmãos. Vivo num tempo em que, aos reis e nobres machos, tudo é permitido. Os senhores requisitam virgens oriundas da gleba para fornicarem sobre peles de urso nos seus castelos, enquanto as esposas legítimas, reduzidas à condição de parideiras, se limitam a contemplar, prisioneiras nas suas ameias, os prados dos domínios castelães. Eles procriam abundantes bastardos, e têm sempre o favor da sociedade. Elas nunca podem pôr o pé em ramo verde. Ah, como invejo a liberdade sexual e a emancipação de género com que, segundo entrevejo por entre esta névoa da eternidade, o terceiro milénio contemplou as minhas caras leitoras!...

Acreditai: amei Fernão Peres de Trava de forma absoluta e constante. Almas gémeas na cama e na política, vivemos maritalmente, tendo dispensado os votos do matrimónio. Para quê? Tínhamos o poder e o beneplácito do clero galego de Compostela. Tínhamos o projeto de um reino que se estenderia da Finisterra a Coimbra, de Portus Cale a Toledo. Teríamos, quem sabe, lançado o modelo grandioso de uma Ibéria unida, uma potência da Cristandade e da Europa. Nas quentes noites do verão de Coimbra, sentindo as águas do rio a correr, sonhávamos com um reino extenso e grandioso, a expulsão definitiva dos inféis, as fronteiras pegadas aos domínios de França... Estávamos longe de imaginar que um fedelho façanhudo, de elmo de cruzado e espada em punho, haveria de fragmentar-nos os sonhos... e o território.

Fernão Peres de Trava e Trastâmara, tratado pelo imaginário popular portugalense como outro dos vilões dos primórdios da nacionalidade

portuguesa, era um herói militar peninsular e um estrategista político ímpar. Apoiou a implantação de mosteiros para povoar o território e desenvolver a agricultura, conquistou praças como a da Almería aos Almôadas e defendeu o vale do Minho contra rebeldes como... Afonso Henriques. Depois da morte de meu marido, o conde D. Henrique, participou no levantamento galaico-portugalense contra a minha meia-irmã, Urraca I de Leão e Castela, para defender a coroa do rei da Galiza, Afonso Raimundes, e garantir a autonomia, imaginem... do Condado Portugalense! Na prática, tendo-me por amante e regente do condado, governou em meu nome. E se lerdes a *Crónica Latina* de Castela vereis que foi graças a ele que Afonso VII de Leão e Castela, meu sobrinho, determinou, em testamento, que Galiza e Leão se separassem de Castela e Toledo. A ele, Trava, se deve também, assim, um bom quinhão na independência de Portugal. Mas as injustiças da História tornaram-no, como a mim, um inimigo dos portugueses...